

Fortaleza, 29 de Maio de 2017

Junte-se ao processado do

PLC
nº 200, de 2015

Em 15 / 8 / 2017

Ao
Exmo. Senador da República
Eunício Oliveira - PMDB/CE

Sm. João Alberto

Encontra-se para ser votado no Senado o PLC 200/2015 projeto de lei que regulamenta a profissão de Corretor de Moda, com autoria do Deputado Federal Adail Carneiro e o Sindicato dos Corretores de Moda de Fortaleza e Região Metropolitana - Sincom solicita o seu indispensável apoio, no sentido que seja aprovado o referido projeto para desenvolvimento fundamental de nossa categoria no mercado de moda do Ceará.

A Audiência será na Comissão do Senado. Na ocasião a Diretoria do Sincom com o apoio da fecomércio-ce estará presente para testemunhar a aprovação do projeto

Nossa solicitação prende-se ao fato de que nossa profissão é de excelência para a arrecadação de tributos para o Estado do Ceará e com isso gera mais de 1500 empregos na nossa categoria. Podemos com a regulamentação de nossa categoria intensificar uma política de reestruturação produtiva e crescimento do Mercado de Moda gerando maior número de vendas de confecção em nosso Estado.

Na certeza desta ação valiosa de Vossa Excelência, firmamo-nos cordialmente.

SGM

José Aílson Nascimento dos Santos
Presidente do Sincom



SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI DA CÂMARA

Nº 200, DE 2015

(Nº 664/2015, NA CASA DE ORIGEM)

Regulamenta a profissão de corretor de moda.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O exercício da profissão de corretor de moda regula-se por esta Lei.

Art. 2º O corretor de moda terá que comprovar os seguintes requisitos, cumulativamente, para o exercício da profissão:

I – possuir diploma de conclusão do ensino médio;

II – possuir diploma de conclusão de curso específico para formação de corretor de moda.

Parágrafo único. O exercício da profissão é assegurado às pessoas que, independentemente do disposto nos incisos I e II, comprovarem o exercício efetivo como corretor de moda no período de até um ano antes da publicação desta Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PROJETO DE LEI ORIGINAL

http://www2.camara.leg.br/proposicoes/web/prop_mostra_integra?codteor=1308002&filename=PL+664+2015



PARECER Nº , DE 2016

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, sobre o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 200, de 2015 (PL nº 664, de 2015, na origem), do Deputado Adail Carneiro, que regulamenta a profissão de corretor de moda.

RELATORA: Senadora MARTA SUPLICY

I – RELATÓRIO

O Projeto de Lei de Lei da Câmara (PLC) nº 200, de 2015 (PL nº 664, de 2015, na origem), que regulamenta a profissão de corretor de moda, é da autoria do Deputado Adail Carneiro.

Pretende-se, com esta proposição, disciplinar a profissão de corretor de moda no âmbito nacional. De acordo com o projeto, são requisitos para o exercício da profissão em testilha, cumulativamente:

- a) possuir diploma de conclusão do ensino médio;
- b) possuir diploma de conclusão de curso específico para formação de corretor de moda.

O exercício da profissão é assegurado às pessoas que, independentemente do disposto nos requisitos antes transcritos, comprovarem o exercício efetivo como corretor de moda no período de até um ano antes da publicação desta Lei.

Na Câmara dos Deputados a matéria tramitou na Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público, em que foi **aprovada, nos termos** do relatório da Deputada Érika Kokay.



Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa Legislativa, a matéria igualmente restou aprovada, nos termos do relatório do Deputado Marcelo Aro.

O autor argumenta que o comércio de roupas e acessórios, de acordo com dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), ainda de 2011, envolvia, em todo o País, mais de 365 mil empresas, que geravam mais de 679 mil postos de trabalho e pagavam R\$ 9,3 bilhões em salários.

Somando-se a esse mercado a cadeia têxtil e de confecção, com mais 30 mil empresas em todo o Brasil, teremos um faturamento da ordem dos US\$ 53 bilhões. Em termos de produção média de confecção, estima-se que o País fabrique 9,8 bilhões de peças (vestuário, cama, mesa e banho) a cada ano, e é nesse contexto que o corretor de moda atua.

Até a presente data, não foram apresentadas emendas à proposição.

II – ANÁLISE

Nos termos do art. 100, I, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), compete à CAS discutir e votar o presente projeto de lei, em caráter não terminativo.

A regulamentação de profissões insere-se no campo temático do Direito do Trabalho. Normas com esse conteúdo estão entre aquelas de iniciativa comum, prevista no art. 61 da Constituição Federal. Cabe ao Congresso Nacional legislar sobre o tema, nos termos do art. 48 da mesma Carta.

Além disso, por não se tratar de matéria cuja iniciativa seja privativa do Presidente da República, do Procurador-Geral da República e dos Tribunais Superiores, aos parlamentares é facultado iniciar o processo legislativo sobre o tema, nos termos do art. 48 da Carta Magna.

Note-se, ainda, que a proposição está em conformidade com as regras estabelecidas na Lei Complementar nº 95, de 1998, especialmente no que se refere ao art. 12, III.



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Brasília, 07 de agosto de 2017.

Senhor José Aílson Nascimento dos Santos, Presidente
do Sindicato dos Corretores de Moda de Fortaleza – SINCOM,

Em atenção ao Documento s/nº, encaminhado a esta
Secretaria-Geral pela Presidência do Senado, informo a Vossa Senhoria
que sua manifestação foi juntada ao processado do Projeto de Lei da
Câmara nº 200, de 2015, que "*Regulamenta a profissão de corretor de
moda.*", conforme tramitação, disponível no endereço eletrônico
<http://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/124291>.

Atenciosamente,


Luiz Fernando Bandeira de Mello
Secretário-Geral da Mesa

